



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10592 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 01 - História da Educação

MULHERES NA CIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA FEMININA NA DOCÊNCIA NO IFPR

Jacqueline Maria Duarte Lewandowski - UNIOESTE/CAMPUS CASCAVEL -
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Joao Carlos da Silva - UNIOESTE/CAMPUS CASCAVEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO OESTE DO PARANÁ

MULHERES NA CIÊNCIA:

UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA FEMININA NA DOCÊNCIA NO IFPR

Este estudo é parte dos resultados da pesquisa de Doutorado em andamento, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação/UNIOESTE, campus Cascavel. Tem por objetivo investigar a docência feminina no Instituto Federal do Paraná (IFPR), examinando os discursos e práticas que implicam na constituição de mulheres como produtoras e disseminadoras da produção científica.

Examinaremos a feminização da docência na educação profissional, no contexto da sociedade de classes. Discutiremos, em uma perspectiva histórica, a educação profissional como um espaço predominantemente masculino. De “bruxas” à cientistas, como ocorreu este processo histórico das mulheres que fizeram e fazem ciência?

Além de estudo bibliográfico faremos um levantamento de dados quantitativos e qualitativos no que se refere à presença feminina, no quadro de docentes. Discutiremos o percurso de aprendizagem e profissionalização destas mulheres cientistas responsáveis pela produção e transmissão do conhecimento científico em suas respectivas áreas, interseccionada às questões de gênero.

Na análise do objeto em tela, partimos das contribuições de Guacira Lopes Louro (1986, 2011), Heleieth Saffioti (2004), Joan Scott (1995) e Mary Del Priore (2004), mediante das seguintes indagações: qual a relação entre a ciência, mulheres e sociedade? Como a sociedade entendia as mulheres e como estas faziam parte da ciência?

As relações de poder estão imbricadas no afastamento das mulheres ao conhecimento, e não somente em relação à elas, isso também ocorre com os indivíduos oprimidos em qualquer categoria, pois manter os dominados fora de alcance da ciência, do conhecimento, continua sendo um mecanismo de dominação.

A ciência se constitui como um campo de estudo com conexões em todas as práticas sociais, não é um campo à parte ou à margem da sociedade, onde estão imbricadas relações de poder, de gênero, raça e classe, com enraizamento de desigualdades, como em outras esferas de organização da sociedade.

Segundo Saffioti, “Não há neutralidade em nenhuma ciência, seja dura, seja perfumaria. Todas, absolutamente todas, são fruto de um momento histórico, contendo numerosas conjunturas, cuja intervenção, em qualquer campo do conhecimento, é cristalina” (SAFFIOTI, 2004, p. 40).

A ciência, como um produto cultural, social e histórico, e cumulativo, desde o seu nascimento, foi moldada na dicotomia existente entre o masculino e o feminino na sociedade, e pelo fato de que durante a maior parte da sua história foi constituída pelo homem, branco, ocidental, elitista e colonial. Portanto, os parâmetros e valores necessários para produzir uma ciência considerada legítima, incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência (LÖWY, 2009).

Segundo Gerda Lerner, as mulheres "Foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis", e "não apenas vem sendo privadas de educação ao longo da história em toda a sociedade conhecida, mas também excluídas da formação de teorias" (LERNER, 2020, p. 250). O estereótipo masculino de cientista sempre esteve presente em nossa memória, ainda que atualmente as mulheres sejam responsáveis por metade de toda produção científica no Brasil.

Em levantamento realizado pelo projeto Open Box da Ciência, no ano de 2020, com base nos dados da Plataforma Lattes, apontou que existem ao menos 77,8 mil pesquisadores com doutorado no Brasil entre as cinco maiores áreas: Linguística, Letras e Artes; Engenharias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Exatas e da Terra e Ciências da Saúde. Deste total, 59,69% são homens e 40,3% são mulheres.

Das cinco áreas, a que possui mais pesquisadores é a da Saúde, com 36,73%, e a maioria deste percentual são mulheres (56%). Outra área onde a maioria de especialistas são mulheres é em Linguística, Letras e Artes, com 53,7%. Esta concentração ocorre nestas áreas, segundo o estudo, pois as mulheres tendem a escolher as profissões com mais maleabilidade de tempo para cuidar dos filhos, e o destaque à área da Saúde pela cultura do cuidado atribuído às mulheres.

Ao discutir a questão do gênero "[...] estamos nos referindo a feminilidades e a masculinidades (sempre no plural). A potencialidade do conceito talvez resida exatamente

nesta noção, a de que se trata de uma construção cultural contínua, sempre inconclusa e relacional" (LOURO, 2011, p. 64); e que gênero é a construção social do masculino e do feminino; além de uma categoria histórica de análise (SAFFIOTI, 2004, p. 44). Ainda, gênero "é uma forma de indicar "construções culturais"- a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres" (SCOTT, 1995, p. 75).

É preciso escavar a história para buscar o que as mulheres significaram para a sociedade, em um contexto onde a sua ausência ou omissão foi imposta durante toda a História Antiga e Medieval.

A ausência, omissão ou apagamento das mulheres na história, possui uma função política? Qual a intencionalidade deste esquecimento ou invisibilização? As mulheres passaram a fazer parte da historiografia como sujeitos históricos apenas com as correntes historiográficas modernas, pois antes, com o positivismo (século XIX), a história era retratada apenas sobre os grandes personagens e seus feitos, geralmente homens, onde apenas fatos políticos eram importantes. Nesta fase da historiografia, apenas a fonte documental, com muito rigor era chancelada pelo Estado e considerada verdadeira.

Os *Annales* a partir dos anos 1930, tentam se distanciar do caminho positivista, ao demonstrar interesse pelo ser humano enquanto centro das análises históricas, com suas relações cotidianas nos setores populares, como seres concretos, introduzindo a história das populações e das massas, possibilitando assim na terceira geração dos *Annales* (1968), que as mulheres passassem a ser entendidas como sujeitos históricos.

A partir dos anos 1970, com a incorporação de sujeitos anônimos comuns e da grande massa no lugar dos grandes heróis, as mulheres emergiram como objeto de estudo historiográfico, constituindo um campo de análises.

Já com a crescente do movimento feminista mundial, a história das mulheres passou a se tornar Estudos de Gênero ou Estudos sobre as Mulheres nas universidades, se revestindo de conteúdo acadêmico com estudos sistemáticos sobre a condição feminina. Gênero também se constituiu como campo de estudo.

Grosso modo, o conceito de gênero emergiu junto ao feminismo americano de Segunda Onda (anos 60), com o objetivo de negar que o sexo era determinado biologicamente; e passa a ser utilizado para designar gênero como uma construção social, cultural e história. Scott esclarece que o uso do termo gênero foi utilizado nos anos 80 para constituir "[...] um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca da legitimidade acadêmica para os estudos feministas" (SCOTT, 1995, p. 75).

Compreender esta temática, requer retomar a história das mulheres na sociedade, sobretudo a gênese do trabalho doméstico e as raízes da opressão da discriminação sexual, que perpassa toda a história vivida por elas, sobretudo no interior da sociedade capitalista. Na antiguidade as mulheres eram entendidas como deusas, seres sagrados, celebradas por sua

capacidade de gerar novas vidas.

Com a dominação da cultura judaico-cristã as mulheres passaram a ser representadas como pecadoras, “Evas traiçoeiras”, “virgem Maria” ou “Santa imaculada”. Com a instauração da Inquisição do Santo Ofício, muitas mulheres curandeiras, conhecedoras das plantas, dos ciclos da lua, do corpo feminino, foram consideradas bruxas e queimadas na fogueira.

Na transição do feudalismo para o capitalismo, com a "redefinição das tarefas produtivas e reprodutivistas e as relações homem-mulher nesse período, ambas realizadas com máxima violência e intervenção estatal, não deixam dúvidas quanto ao caráter construído dos papéis sexuais na sociedade capitalista" (FEDERICI, 2017, p. 30).

Estas reflexões evidenciam os sistemas de exploração, centrados nos homens no sentido de disciplinar e apropriar-se do corpo feminino. O patriarcado ditava as condições de vida das mulheres, o que deveriam dizer, como se comportar para conseguir um casamento, um bom marido, como ter habilidades e comportamentos para que isso acontecesse. Nem todas tinham acesso à educação, o pouco que lhes era oferecido se referia a tocar um instrumento ou instruções artesanais e culinários para agradar o homem. Para Louro, “[...] casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a verdadeira carreira feminina” (LOURO, 2004, p. 454).

Foram muitos séculos de representações e de designações de tarefas exclusivas às mulheres, o que tornava a participação feminina, quase sempre, restrita às atividades do lar, ao cuidado com a casa e com os filhos, coerente com o papel que lhe cabia na sociedade. Conforme analisa Del Priore:

Como se vê, foram séculos de modelagem. Na forma, a figura da esposa. Não a real, mas a ideal. Submissa, obediente, discreta. A mulher certa. Apenas ela merecia ser a mãe dos filhos, a santa no altar doméstico. Vivia cercada de produtos para ajudá-la a se manter em casa: geladeiras, televisões, sabões que lavavam mais branco e chocolates solúveis (DEL PRIORE, 2014, p. 72).

No Brasil, no período colonial (1530-1822), não havia a preocupação com a escolarização das meninas, já que apenas as escravas participavam da força produtiva e esta não necessitava de qualificação. Às meninas da elite era destinada a educação dentro de casa, moral, cuidados com a vida doméstica, pouco de música e quase nada do saber acadêmico.

No Império (1822-1889) as meninas começaram a frequentar timidamente as escolas primárias, separadas dos meninos, e com conteúdos restritos, bem inferior à educação destes. As meninas escravas não tinham direito de frequentar as escolas, a não ser para acompanhar suas amas, quando então tinham esse acesso de maneira precária e informal.

Como o caminho natural para as mulheres era que sua profissão fosse uma extensão do seu papel de cuidadora, esposa e mãe, Louro explicita que “[...] visto como continuação do papel de mãe, o de professora é desde o início encarado como profissão feminina bem aceita socialmente” (LOURO, 1986, p. 29).

Neste sentido, por meio de diversas frentes, foi construindo-se socialmente um *ethos* professoral, um jeito de professora “[...] todo um investimento político era realizado sobre os corpos das estudantes e mestras. Através de múltiplos dispositivos e práticas ia se criando um jeito de professora” (DEL PRIORE, 2004, p. 465). O corpo feminino se constituiu em uma ética e estética para o trabalho do magistério.

Segundo Jane Soares de Almeida (1998):

Mantida dentro de certos limites, a instrução feminina não ameaçaria os lares, a família e o homem. Essa educação, que, a princípio e de acordo com a tradição portuguesa, fora negada sob o pretexto de que o conhecimento e sabedoria eram prejudiciais e desnecessários a sua frágil constituição física e intelectual, acabou por revelar-se desejável a partir do momento em que a mulher passou a ser vista, na sociedade da época, como a principal mantenedora da família e da pátria (ALMEIDA, 1998, p. 33).

Embora esta instrução feminina continuasse a produzir diversos mecanismos de controle dos corpos, foi uma forma da mulher sair do espaço privado para ocupar um novo espaço, o público.

Ao longo do século XX, na República, a inserção da mulher no mercado de trabalho, não foi somente pelos ditames do sistema capitalista, mas também pelas lutas feministas levantadas, que abrangiam em sua maior parte, as mulheres brancas privilegiadas, que já possuíam alguma instrução, e viam esta pauta como libertadora. Entretanto, a maioria das mulheres pretas/não brancas e pobres, já estavam há muito tempo inseridas no sistema de produção, sendo mal remuneradas e sob condições de trabalho muito severas.

A pauta de que o trabalho libertaria as mulheres era especificamente para este grupo de mulheres brancas com algum privilégio, que estavam dentro de suas casas e submissas, muitas das vezes, aos maridos.

Afastadas da produção científica, quer pela conduta de comportamento esperado aos cientistas quer pela forma como a esfera privada da família e do lar, dominavam o pensamento da sociedade fazendo com que as desigualdades parecessem naturais, somando-se ao fato de que foram impedidas de frequentar as universidades, como salienta Londa Schiebinger: "A despeito de raça, credo, identidade sexual ou mérito, todas as mulheres - por nenhuma outra razão que seu sexo - foram proibidas de estudar nas universidades européias

desde a fundação das universidades no século XI até o fim do século XIX" (SCHIEBINGER, 2001, p. 47).

Assim, com a dificuldade de acesso a universidade e tão tardiamente, “a relação das mulheres com o conhecimento era inevitavelmente mediado através de homens, fossem estes seus maridos, companheiros ou tutores” (SCHIEBINGER, 2001, p. 66). Excluídas da produção do conhecimento, com este acesso tardio e restrito ao ensino superior, a representação de cientista, de quem faz ciência, tornou-se campo hegemônico masculino.

Mediante esses apontamentos, devemos levantar algumas indagações: Existe um único método de fazer ciência? As mulheres têm um método diferenciado de fazê-la? Por que teriam elas sido excluídas no início da produção do conhecimento? Ou apenas não soubemos da participação delas nesta produção?

A rigor, a cultura científica exhibe os sinais da masculinidade, isso porque desde sua criação como uma filosofia masculina, por Francis Bacon (1561-1626) o fundador da ciência moderna (século XVII), veio sendo reforçado este estigma de sinônimo entre ciência e atividade intelectual masculina. Após ele, vários outros filósofos e pensadores seguiram afirmando que a ciência é masculina e que a objetividade necessária ao cientista era um atributo da masculinidade.

A pequena participação das mulheres na ciência e na tecnologia, por este contexto social evidenciado, acabou por consolidar ou enraizar esta ideia de que elas possuíam uma inaptidão biológica, ou eram menos propensas a estas áreas, e por possuírem aptidões biológicas para maternar, procriar, cuidar do lar, estavam destinadas a esfera privada.

Conforme considera Almeida “[...] esculpir na sociedade brasileira os contornos extremamente definidos dos papéis sexuais. Para os portugueses, a responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho remunerado, o que era defendido em todas as instâncias sociais” (ALMEIDA, 1998, p.32).

Compreendemos que as relações de gênero precisam ser analisadas e problematizadas, em uma sociedade marcada por classes sociais, onde as relações de produção e reprodução sustentam toda a organização do trabalho e influenciam todas as demais relações. A força de trabalho é o elemento central da acumulação capitalista; aqui entendida como trabalho remunerado, ou não remunerado, o trabalho doméstico realizado pelas mulheres, que sustenta todas as demais atividades.

A preocupação com a diversidade de gênero na ciência é fator importante na educação ao examinar historicamente a inserção das mulheres na docência da educação profissional técnica, especificamente no IFPR, numa perspectiva atrelada aos interesses da classe trabalhadora, visando a necessária superação da histórica concepção capacitista, fragmentária e segregacionista de formação para o trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência. Mulheres. Sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto/UNESP, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher.** 2ª. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa:** Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante: 2017.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero.** Editora Autêntica. 2007.

LERNER, Guerda. **A Criação do Patriarcado:** história da opressão das mulheres pelos homens. Editora Cultrix: 2020.

LÖWY, Illana. **Ciências e gênero.** In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 40-44.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas:** uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Faculdade de Educação. Campinas – SP, 1986.

LOURO, Guacira Lopes. **Educação e docência:** diversidade, gênero e sexualidade. Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente. Belo Horizonte, v. 03, n. 04, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/31/30>. Acesso em: 26 abr. 2022.

CARTOGRAFIA 50+ mulheres protagonistas. **Open Box da Ciência.** Disponível em: <http://www.openciencia.com.br/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SAFFIOTI, Heilieth. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 20, no 2, jul./dez. 1995.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Edusc: Bauru, SP. 2001.